

BOM DEVEDOR  
IGNÁCIO M. RANGEL

O Brasil, através dessa operação que passará aos anais como "conversão" — isto é, conversão da dívida externa em investimentos interno —, está ensaiando um expediente que ao próprio diabo faria espanto: quer capitalizar, não a respeitabilidade de sua assinatura como devedor, mas precisamente a falta de respeito que merece dita assinatura. Esta vale tão pouco que os credores externos estariam dispostos a trocar um título exigível no valor de cem dólares por um papel inexigível de metade desse valor, ou coisa assim. Obteríamos assim uma espécie de mais valia que poderia chegar a passar de 50%, por conta não das virtudes ou méritos dos papéis por nós emitidos, mas, precisamente, por conta dos seus deméritos.

Diziam os romanos, numa dessas incomparáveis fórmulas latinas, que "a ninguém é lícito alegar em seu proveito sua própria torpeza". Se este mais de meio século passado, desde que travei relações com a ciência jurídica, não embolou demais minha memória, o contrário, precisamente, do que estamos pretendendo fazer.

Que nossa dívida esteja civada de incorrigível iniquidade, disso não pode haver dúvida. Shylock era um santo, comparativamente aos banqueiros que nos passaram uma dívida que, nas presentes condições formais, nos levariam à insolvência por todos os séculos. Assim, se fosse possível extrair desses usurários aquela mais valia, não nos deveríamos privar disso por quaisquer considerações de ética. Segundo a fórmula consagrada, estaríamos roubando a ladrões, fazendo-nos credores da mais plenária de toda as indulgências.

Se fosse possível. Dizia o velho Sócrates que, para ser alguém genuinamente forte, deve ser justo, ser bom. Isso contraria a noção corrente, que supõe que a falta de escrupulos é uma condição eficiente para a raça. Entende-se, se não somos justos, teremos dificuldade em grangear amizades e alianças fiéis, o que quer dizer que, nos momentos difíceis, estaremos sós, isto é, seremos fracos. Na espécie, temos necessidade de fazer-nos respeitados, para que, na dura barganha em torno da dívida, que se aproxima com fatalidade atroz, não nos encontremos isolados, sem alianças que valham esse nome, não somente entre os co-devedores mas também entre os credores, que nem todos serão Shylocks.

Por outros termos, devemos pugnar por que nossa assinatura se torne respeitável, embora sabendo que, nessas condições, nossos títulos serão apreciados por seu "face value", isto é, não produzirão as sonhadas mais valias. Mas produzirão outras, de quilate mais subido.

Com efeito, as primeiras vítimas dessa tentativa de converter-nos numa nação de super Shylocks seremos nós próprios. Não apenas não nos imporemos ao respeito dos outros — amigos e inimigos — como perderemos o respeito próprio. Nessas condições, não há batalhas que se possa ganhar.

Mas é tempo de que descanos desse nível de generalidade. A operação não pode ser levada a bom termo por motivos muito prosaicos. Para começar, parte das dívidas a "converter" corresponde a paga-



IGNÁCIO M. RANGEL, 74, economista. A. membro do Conselho Especial do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. A. Influxo familiar Regional (p. 11) e maior da obra.

mentos já feitos ao Banco Central. Recursos que se esfumaram há muito. Duvido que alguém possa esclarecer qual deve ser a fonte final dos recursos a aplicar, a menos que seja a tola "opção" de emitir novos cruzados, tornando a moeda nacional simplesmente ingovernável. O papel-moeda emitido é uma forma de dívida pública à qual se viriam somar as dívidas representadas pelos papéis inexigíveis, por certo, mas que deverão dividendos aos seus compradores, até o dia em que seja mister resgatar ditos papéis, em moeda forte.

Quanto às dívidas vincendas a "converter", teoricamente não será mister emitir cruzados novos, embora seja simples questão de bom senso saber que os pagamentos a serem feitos ao Banco Central há muito que estão comprometidos com o déficit crescente do Tesouro. Muitas dessas dívidas vincendas — ou vencidas mas não pagas — são obrigações do setor público do sistema, de modo que contar com esses recursos implica, pura e simplesmente, supor inexistente o problema que queremos resolver.

Finalmente, a conversão não significa que a dívida se tenha

tornado gratuita, por passe de mágica. Se não render juros, deverá render dividendos, os quais deverão ser remetidos aos credores-investidores. Em suma, como diz o brocardo: "Quem caminha por atalhos, nunca se sai de trabalhos".

Nosso ponto de partida não pode ser outro senão a luta contra o déficit do Tesouro: refiro-me ao déficit do Tesouro federal. Amazonas para o qual confluem todos os demais déficits começando pelos municipais, passando pelos estaduais e pelos das empresas estatais. O aval do Tesouro federal unifica todos os déficits num único e maest-

deficit. Este cresce, tanto à conta da evasão fiscal, incompressível nas condições de uma economia em recessão, como à conta das exigibilidades passadas de exercícios transeiros, notadamente pela via do citado aval.

"Do nada nada se tira", dizia o velho Lucrécio: "Ex nihilo, nihilo". Ora, a cornucópia de onde os "conversores" querem tirar recursos e, nem nada mais nem menos, que esse Tesouro falido, representado, na espécie, pelo Banco Central. Até para fazermos verdadeiras conversões, esse estado de coisas deverá ser mudado, subvertido.

Como me venho ocupando há muito desse problema do déficit, que deveria, pela ordem natural das coisas, culminar a crise econômica geral, posso ser reticente nesta matéria. Basta que diga que a cornucópia que está erma de quaisquer recursos é apenas a do setor público; não a da economia nacional como um todo. Que a transferência de umas quantas atividades ora integrantes do setor público para o setor privado poria em evidência abundantes recursos existentes no seio deste, como capacidade ociosa. Finalmente, que a chave da questão está na revisão em profundidade do direito que rege os serviços de utilidade pública, para que as concessões de serviços públicos a empresas públicas possam ser convertidas em concessões de serviços públicos a empresas privadas.

Este é o caminho para que nos possamos constituir em bons devedores, condição para que possamos recuperar o respeito alheio e o respeito próprio. No mundo contemporâneo, nada mais escasso e prestigioso do que bons devedores.